


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA – Improcedência da Ação

Processo nº: **0020775-70.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Consignação Em Pagamento - Pagamento em Consignação**
 Requerente: **Marcos Antonio da Silva**
 Requerido: **Banco Itaucard SA**

Juiz de Direito: Dr. **Vilson Palaro Júnior**

Vistos, etc.

MARCOS ANTONIO DA SILVA, já qualificado, moveu a presente ação de consignação em pagamento cc. revisão contratual contra BANCO ITAUCARD S/A, também qualificado, alegando tenha firmado com o réu contrato de financiamento do veículo *Peugeot 207* pelo valor de R\$ 40.500,00 para pagamento em 60 parcelas de valor fixo de R\$ 885,71 das quais já teria pago 18 na data da propositura da ação, entendendo, não obstante, ter aderido a contrato abusivo que inclui capitalização de juros e anatocismo, correção monetária cumulada com comissão de permanência, juros de mora acima do limite legal, multa exorbitante e tarifas como TAC e IOF, seguro de proteção financeira e inclusão de gravame, além de registro de contrato e serviços de terceiro, totalizando cobrança de R\$ 1.969,82 acima do permitido e atingindo o valor da prestação que deveria ser de R\$ 680,79, de modo que requereu sua manutenção na posse do veículo e a consignação das prestações pelo valor de R\$ 680,79, proibindo-se a capitalização dos juros e condenando-se o réu a restituir os valores cobrados a maior, em dobro.

O banco réu contestou o pedido sustentando que o contrato foi livremente pactuado e deve ser respeitado, sendo insuficiente o valor que o autor pretende consignado, até porque tinha ciência de todos os valores contratados, rejeitando a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor, passando a apontar a inexistência de limitação para os juros e a autorização legal para a capitalização, conforme Medida Provisória nº 2.170-36/2001, bem como a legalidade da comissão de permanência e das tarifas cobradas, concluindo pela improcedência da ação.

É o relatório.

DECIDO.

O contrato discutido está juntado às fls. 75 e nele se lê que o valor financiado teve aplicação de juros pré-fixados para a composição de prestações de valor fixo.

Sendo assim, não há se falar em capitalização ou anatocismo, pois, segundo entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, “*no contrato de financiamento, com previsão de pagamento em parcelas fixas e pré-fixadas, não existe*


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

capitalização de juros”(cf. Ap. nº 0184777-34.2011.8.26.0100 - 20ª Câmara de Direito Privado TJSP - 08/04/2013 ¹).

E assim é porque “*em tal modalidade de contrato os juros são calculados e pagos mensalmente na sua totalidade, de modo que não sobram juros para serem acumulados ao saldo devedor, para, em período seguinte, serem novamente calculados sobre o total da dívida*” (cf. Ap. nº 0002143-73.2010.8.26.0369 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 27/06/2012 ²).

Do mesmo modo, porque pré-fixados os valores das prestações, não há possibilidade matemática de se aplicar correção monetária cumuladamente à comissão de permanência, valendo destacar, nem mesmo no caso de mora houve contratação desse encargo, a propósito da cláusula 18, que regula a elevação dos juros, com capitalização, e elevação pela mora em mais 1% (*vide fls. 77*).

Nesse caso, a capitalização não encontraria óbice legal, porque contratada, e, como se sabe, “*Cabível a capitalização dos juros em periodicidade mensal para os contratos celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da primitiva publicação da MP 2.170-36/2001, desde que pactuada*” (cf. AgrReg no AI nº 0117900-1 – 3ª Turma STJ – 16.02.2012 ³).

Também: “*A capitalização mensal de juros somente é permitida em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31/3/2000, e desde que expressamente pactuada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento*”(cf. AgrReg no REsp. nº 975.493 – 4ª Turma STJ – 16.02.2012 ⁴).

Vale repetir, os juros de mora foram estabelecidos em 1% e a multa em 2% (*vide cláusula 18 – fls. 77*), portanto, conforme a lei (art. 5º, *Lei de Usura - Decreto nº 22.626/1933*; também art. 52, §1º, *Código de Defesa do Consumidor*).

No que respeita às tarifas, temos que a TAC, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é lícita a cobrança da tarifa de abertura de crédito e de emissão de carnê: “*A cobrança da tarifa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC), quando efetivamente contratadas, é legítima, pois não foram vedadas pela legislação regente e remuneram a instituição financeira por serviço prestado ao consumidor. Precedentes do STJ*”(cf. AgrRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013 ⁵).

Também no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, se concluiu inexistir ilegalidade na cobrança das tarifas em questão: “*Cobrança de Tarifa de Abertura de Crédito e de Tarifa de Emissão de Boleto Bancário - Admissibilidade - Tarifas previstas no contrato - Cobrança autorizada por Resoluções do BACEN*” (cf. Ap. nº 9178275-71.2007.8.26.0000 - 15ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/03/2012 ⁶).

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça: “*As tarifas de abertura de crédito (TAC) e emissão de carnê (TEC), por não estarem encartadas nas vedações previstas na legislação regente (Resoluções 2.303/1996 e 3.518/2007 do CMN), e*

¹ www.esaj.tjsp.jus.br.

² www.esaj.tjsp.jus.br

³ www.stj.jus.br/SCON

⁴ www.stj.jus.br/SCON

⁵ www.stj.jus.br/SCON.

⁶ www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

ostentarem natureza de remuneração pelo serviço prestado pela instituição financeira ao consumidor, quando efetivamente contratadas, consubstanciam cobranças legítimas, sendo certo que somente com a demonstração cabal de vantagem exagerada por parte do agente financeiro é que podem ser consideradas ilegais e abusivas, o que não ocorreu no caso presente. (STJ, REsp 1246622/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 11/10/2011, DJE 16/11/2011 ⁷).

Quanto ao IOF, cumpre destacar não se trate de tarifa, mas de imposto, valendo ainda lembrar que, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o abuso na cobrança do IOF financiado tem que ser precisa e objetivamente demonstrado, sob pena de se rejeitar o conhecimento do reclamo: “Conforme entendimento das Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal, no mesmo passo dos juros remuneratórios, “em relação à cobrança das tarifas de abertura de crédito, emissão de boleto bancário e IOF financiado, há que ser demonstrada de forma objetiva e cabal a vantagem exagerada extraída por parte do recorrente que redundaria no desequilíbrio da relação jurídica, e por consequência, na ilegalidade da sua cobrança” (cf. AgRg na Rcl 12386/SP – 2ª Seção STJ – 22/05/2013 ⁸).

A cobrança do seguro também não pode ser considerada abusiva, atento a que o autor “*não está obrigado a contratar serviços de empresa pré-determinada, podendo até mesmo se socorrer de provedor gratuito. Possibilidade de opção. Inexistência de abusividade por parte da concessionária. Ação julgada improcedentes. Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 992.07.056023-3 - 14.01.2010 ⁹).

No mesmo sentido: “**SEGURO DE PROTEÇÃO QUE VISA ASSEGURAR A NORMALIDADE DO FINANCIAMENTO NA HIPÓTESE DE INVALIDEZ, MORTE ACIDENTAL, DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO – LEGALIDADE**” (cf. Ap. nº 0009073-21.2011.8.26.0063 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 02/10/2012 ¹⁰).

Sobre a inclusão de gravame e registro de contrato: “*Lícita a cobrança das tarifas de cadastro, taxa de gravame e registro Tarifas pactuadas expressamente no contrato e com respaldo na Resolução 3.518/2007 do BACEN, com redação alterada pela Resolução 3.693/2009 Cobrança de IOF compulsória e decorrente de lei Sentença mantida Recurso improvido*” (cf. Ap. nº 0112143-06.2012.8.26.0100 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 01/08/2012 ¹¹).

Finalmente, os serviços de terceiro: “*Ação revisional. Procedência parcial. Contrato de financiamento. Tarifas de abertura de cadastro, de serviço de terceiros, registro de contrato e avaliação do bem. Pactuação e ausência de abuso*” (cf. Ap. nº 0005189-40.2011.8.26.0400 - 13ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/05/2012 ¹²).

Em resumo, cumpre ao autor, com o devido respeito, considerar que, “*ao firmar o contrato objeto da presente ação, anuiu com tais cobranças, sendo, desta forma lícitas, de acordo com o disposto na Resolução 3.518/2007, do BACEN, que dispõe em seu artigo 1o, que: "A cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das*

⁷ www.esaj.tjsp.jus.br

⁸ www.stj.jus.br/SCON.

⁹ www.esaj.tjsp.jus.br

¹⁰ www.esaj.tjsp.jus.br

¹¹ www.esaj.tjsp.jus.br

¹² www.esaj.tjsp.jus.br


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL

Rua Sourbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-970 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos5cv@tjsp.jus.br

instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deve estar prevista no contrato firmado entre a instituição e o cliente ou ter sido o respectivo serviço previamente autorizado ou solicitado pelo cliente ou pelo usuário'. Neste sentido, anote-se, dentre outros, o seguinte julgado deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: REVISIONAL - Contrato bancário - Cobrança de taxas e tarifas - Existência de expressa previsão contratual - Exegese do disposto na Resolução nº 3.518/07 do BACEN - Sentença de parcial procedência reformada - Recurso provido. (Apelação nº 990.10.282670-8; Votuporanga; 38ª Câmara de Direito Privado; Rei. VICENTINI BARROSO; j . em 23.02.2011; v.u.) (Grifei) Assim, tendo em vista que o contrato foi firmado em 22 de julho de 2009, portando, após a edição da Resolução nº 3.518/2007, e que prevê expressamente a possibilidade de cobrança de tais taxas e tarifas, de rigor a manutenção da r. sentença neste ponto” (cf. AP. nº 0001686-52.2010.8.26.0333 - 37ª Câmara de Direito Privado TJSP - 09/06/2011 ¹³).

A ação é improcedente, portanto, cumprindo ao autor arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o autor ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ele concedida.

São Carlos, 02 de outubro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

¹³ www.esaj.tjsp.jus.br